



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER
Procuradoria Autárquica - DER-PROJUR

Parecer nº 1533/2021/DER-PROJUR

PARECER Nº 1533/2021/LIC/PROJUR/DER-RO

Referência: Processo administrativo nº 0009.008407/2019-13

TOMADA DE PREÇOS Nº: 016/2021/CPLO/SUPEL/RO

Procedência: Comissão Permanente de Licitação e Obras - CPLO/SUPEL.

Interessado: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER.

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para **Recuperação de Estradas Vicinais na Zona Rural do Município de Candeias do Jamari/RO**, sob a coordenação do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER/RO.

Valor estimado: R\$ 1.283.344,00 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais).

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Recurso. Conhecimento. Atestado de Capacidade Técnica. Procedente.

1. **INTRODUÇÃO**

Trata-se de recursos interposto pela **CONCRETO ENGENHARIA LTDA** (id.0021702000), com fundamento no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

O presente processo foi encaminhado a esta Procuradoria a pedido da Comissão de licitações para fins de análise e parecer.

Abrigam os autos a Tomada de Preços nº 016/2021/CPLO/SUPEL/RO.

A Comissão de Licitação se reuniu para exame do recurso administrativo, da qual se originou a Ata SUPEL-CPLO (0022229143).

2. **ADMISSIBILIDADE**

Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. **DAS RAZÕES DE RECURSO DA EMPRESA CONCRETO ENGENHARIA (0021702000)**

A licitante **CONCRETO ENGENHARIA LTDA**, ora recorrente, insurge contra a decisão da Comissão que inabilitou-a do certame por não preencher os requisitos de habilitação, peculiarmente por não apresentar Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior ao objeto da licitação.

Suscita a recorrente em sua peça que a empresa não deixou de cumprir o previsto no edital, argumentando que o atestado apresentado nos documentos de habilitação refere-se a objeto semelhante ao licitado.

Colaciona entendimento doutrinário e jurisprudencial para embasar suas alegações.

Por fim, pugna pela reconsideração da presente decisão, para os fins de declará-la habilitada.

4. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (ID 0022229143)**

Após reanálise de toda documentação, a Comissão decidiu:

Nesta seara, a CPLO em consonância com o Parecer Técnico ID (0021994816) emitido pelo DER-NUPROJVIARIO decide **dar provimento ao recurso apresentado pela empresa CONCRETO ENGENHARIA LTDA**. Assim, a Comissão de Licitação reforma a decisão anteriormente proferida em Ata do dia 20.10.2021, **HABILITANDO** a empresa **CONCRETO ENGENHARIA LTDA** no presente certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos **vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um às oito horas e cinquenta minutos**

5. **PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL**

Preliminarmente, o recurso interposto e respectiva contrarrazões fora apresentada pela licitantes acima nominadas respeitando o prazo previsto em lei (art. 109, inciso I, alínea "b", e §3º, da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993) e recebidos pela Comissão de Licitações, sendo, posteriormente, encaminhado para análise e parecer técnico e jurídico acerca do Recurso Administrativo, razão pela qual passa-se à análise de seu mérito.

Em proêmio, embora cediço, é pertinente ressaltar que o parecer jurídico é dotado de caráter consultivo, e não vincula o consulente ou a autoridade competente, não se constituindo, portanto, como ato administrativo, representando apenas uma manifestação opinativa, que pode ser agregada como elemento de fundamentação ao ulterior ato administrativo.

Nesse sentido, se faz necessário ressaltar que toda e qualquer licitação destina-se precipuamente à busca da proposta mais vantajosa e a isonomia entre seus participantes, devidamente esculpida nos termos do artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, vejamos: *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada*

e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de forma incontestada, trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela próprias lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

A Constituição Federal Brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita ainda a Constituição a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Vale destacar que a Administração prezou pelo zelo administrativo, prevalecendo o interesse público, concedendo oportunidade para os licitantes, tornando o processo cristalino com respeito às normas de regência.

Pois bem, insurge a recorrente **CONCRETO ENGENHARIA LTDA** contra decisão que a inabilitou do certame por não atender ao item 16.4, alínea "d" do Edital de Licitação, que refere-se a Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior ao objeto da licitação.

No que pertine ao tema, o edital de licitação (id. 0020811765) prevê em seu item 16.4, alínea "d":

16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior ao objeto da licitação. Os atestados serão aceitos somente quando constarem o número e acompanhado da respectiva ART que lhe deu origem;

Por tratar-se de questão técnica, o Setor Competente deste Setorial analisou o pedido da Empresa recorrente, por meio do Despacho DER-NUPROJVIARIO (0021994816), concluindo o seguinte:

Em relação à comprovação de quantitativos através dos cálculos com memória justificativa, verificamos que os cálculos foram dimensionados dentro dos requisitos, para massa específica aparente seca, requisitados pelo Manual de Pavimentação 2006/DNIT.

No que tange à similaridade de atestados ou serviços, a Lei 8.666/93 em seu Art. 30, parágrafo terceiro atesta que "*Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior*". Em que pese a descrição dos serviços apresentados pela empresa não tenha especificado o tamanho do caminhão basculante utilizado e nem a via utilizada para transporte, as habilidades necessárias para dirigir um caminhão basculante de 14 m³ são semelhantes às para dirigir um caminhão basculante de menor volume, salientamos que não é comum carregar esse tipo de material em outros tipos de caminhões. Entende-se que esta ausência de descrição não descaracteriza o serviço de transporte com caminhão basculante, que independentemente da capacidade do caminhão ou do tipo da via, é compatível com o item 01, alínea "d" item 16.4 do edital (Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana em revestimento primário (unidade: m³xkm)).

(...)

Diante do exposto, a análise técnica é pela procedência do recurso interposto pela empresa CONCRETO ENGENHARIA LTDA, por ter comprovado aptidão técnica operacional do item 01, cumprindo assim, o exigido no item 16.4 alínea "d" do edital.

O objeto do presente recurso é de ordem eminentemente técnica, de modo que qualquer opinião jurídica deve possuir esteio em exame de profissionais da área de engenharia civil e, instados a se manifestar, estes julgaram como atendido o item 16.4, alínea "d" do Edital de Licitação, considerando os documentos apresentados pela recorrente.

O atestado de capacidade técnica tem como primordial função comprovar que a empresa a ser contratada possui aptidão a executar o objeto, evitando-se a participação de empresas que possa trazer prejuízos ao ente público.

Assim, e considerando que a empresa licitante apresentou atestado de capacidade técnica nos termos do solicitado pelo Edital, a habilitação é a medida que se impõe neste caso.

6. **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, tendo por respaldo os documentos dos autos, os princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, opina esta Procuradoria Jurídica pelo conhecimento do recurso e pela **manutenção** da decisão da Comissão de Licitação (ID 0022229143) que decidiu em:

a) **Dar provimento ao recurso apresentado pela empresa CONCRETO ENGENHARIA LTDA.** Assim, a Comissão de Licitação reforma a decisão anteriormente proferida em Ata do dia 20.10.2021, **HABILITANDO** a empresa **CONCRETO ENGENHARIA LTDA** no presente certame.

A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

Encerrada a fase de julgamento do recurso administrativo, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Henrique Flávio Barbosa
Procurador Autárquico do DER-RO

De acordo com o parecer

Elias Rezende de Oliveira
Diretor Geral do DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Flavio Barbosa, Procurador(a)**, em 02/12/2021, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Diretor(a)**, em 02/12/2021, às 21:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022546792** e o código CRC **6476C107**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0009.008407/2019-13

SEI nº 0022546792